

O sentido de qualidade na educação¹

E por falar em qualidade, cabe uma nova pergunta: Que tipo de “qualidade” é compatível com uma educação emancipadora?

É importante verificar que as políticas públicas de educação, quase sempre, referem-se à qualidade da educação. O termo qualidade, no entanto, tem tomado forma e conteúdo diferentes, com o passar dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e na educação. Nos últimos anos, a busca pela qualidade tem sido o “motor” das políticas e das ações na educação, por vezes contraditórias. Convém verificar qual a lógica predominante que a qualidade passa a adquirir nestes últimos anos.

O conceito de qualidade da educação prevalente nas políticas públicas construiu-se a partir do argumento de que o Brasil havia atingido a quase universalização do ensino fundamental, com mais de 90% de atendimento. Neste sentido, a questão do acesso à educação básica (especialmente ao ensino fundamental) não seria um problema nos discursos e encaminhamentos de dirigentes educacionais. Esta concepção se fundamenta em estudos e dados estatísticos que apontavam a cobertura como já “suficiente”, isto é, que as escolas e salas de aula eram suficientes para atender a todos. A existência de crianças e jovens fora da escola era atribuída apenas à reprovação e à evasão escolar. Neste sentido, segundo essa concepção, a qualidade se reduz à superação do problema da reprovação e da evasão e não mais contribui para a sua democratização, em sentido amplo.

Gentili (1994), ao discutir essa visão, registra que a palavra qualidade em educação tem sido muito utilizada como uma “nova retórica conservadora no campo educacional”, num discurso utilitarista que reafirma uma postura que nega um processo educativo emancipador para as maiorias.

A discussão sobre a importância da democratização como política para a educação e para sua gestão implica compreender que a democratização da educação não se limita ao acesso, mas envolve e garante, também, a prática democrática que se desenvolve no interior da escola. A escola como espaço de prática da cidadania não deve privilegiar a gestão empresarial em detrimento da gestão democrática.

Na medida em que a gestão empresarial é assumida no campo educacional, o “produto” torna-se o aspecto mais relevante da prática social da educação. Nesta ótica, os colegiados escolares, entre eles o Conselho Escolar, que possibilitam a participação de todos os “atores” do processo educativo, acabam sendo pouco considerados e, quando aceitos, muitas vezes tornam-se mecanismos para uma gestão de resultados.

Com base nessas considerações, pode-se compreender o surgimento, no Brasil, de “modelos” e “fórmulas mágicas” de gestão do processo educativo, que aparentemente viabilizam o sucesso escolar. Como exemplo, surge a “Qualidade Total” e todas as suas

¹ FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V)

vertentes, que desenvolvem padrões elitistas e excludentes ditados pelo “mercado”. Esses padrões acabam por fazer com que a educação contribua para aumentar as desigualdades existentes no Brasil, pois, como bem assinalou Gentilli (1994), “a partir dos novos padrões delineados em relação ao embricamento entre educação e setor produtivo, o fosso entre as desigualdades já existentes tende a alargar”. Esta lógica contribui para a adesão emocional que muitos dirigentes educacionais apresentam acerca da gerência para a qualidade total na educação.

Paiva (1994), discutindo essa nova forma de gestão e organização e sua implementação no campo educacional, apresenta três pontos de sua lógica:

- 1.a gestão empresarial como fórmula a ser aplicada à gestão da educação;
- 2.o pragmatismo como aspecto fundamental dos objetivos educacionais; e
- 3.a supremacia da avaliação de produtos.

Todos esses pontos assinalados são geradores de condições fundamentais para o mercado – a produtividade e a competitividade.

Mas esse é o sentido de gestão e de qualidade adequado a uma educação emancipadora?

Numa educação emancipadora, o sentido de “qualidade” precisa ser decorrente do desenvolvimento das relações sociais (políticas, econômicas e culturais) contextualizadas e sua gestão deve contribuir para o fortalecimento da escola pública, construindo uma relação efetiva entre democratização e qualidade.

Uma educação de qualidade visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimitem. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação esposada, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Assim, a “escola de qualidade” é aquela que contribui para a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Neste sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade.

A educação escolar, assim compreendida, é instrumento para a transformação social, é conhecida como educação emancipadora. Ela, como Rodrigues (1986: 81) já nos dizia, “possibilita a todos a compreensão elaborada da realidade social, política e econômica do momento vivido pelos educandos; o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas para a intervenção nessa realidade, e a posse da cultura letrada e dos instrumentos mínimos para o acesso às formas modernas do trabalho [...]”.

A educação emancipadora rompe com qualquer padrão de qualidade, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais, não cabendo, portanto, “modelos” ou “esquemas”. Pode-se identificar, contudo, alguns atributos de uma escola de qualidade:

1. ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito à diversidade, ao diferente;
2. ser humanista, por identificar o homem como foco do processo educativo;

3. ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação, combate às desigualdades sociais e desalienação dos trabalhadores.

Importante ressaltar que a escola que busca a qualidade precisa desenvolver o ser social em todas as suas dimensões: no econômico (inserção no mundo do trabalho e da produção de bens e serviços); no cultural (apropriação, desenvolvimento e sistematização da cultura popular e cultura universal); no político (emancipação do cidadão, tornando-o dirigente do seu destino e partícipe ativo na construção do destino do grupo social ao qual pertence).

Ao focalizar o processo ensino-aprendizagem como o eixo do trabalho da escola e, portanto, foco do trabalho do Conselho Escolar, tende-se a identificar apenas um dos elementos básicos desse processo: o estudante. E, mais que isso: busca-se identificar apenas o produto do processo educativo, demonstrado pelo estudante. Ocorre que, numa educação emancipadora, cuja qualidade é socialmente referenciada, a prática educativa inclui a aprendizagem do estudante, mas não se restringe a ela.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (orgs.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

ARAÚJO, Adilson César de. Gestão democrática da educação: a posição dos docentes. 2000. Dissertação (Mestrado) – PPGE, Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Mimeografado.

AZEVEDO, Janete. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/1996. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm> >. Acesso em: 15 out. 2004.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CURY, Carlos R. Jamil. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. Política e trabalho na escola: administração de sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

D'ÁVILA, José Luís Piôto. A crítica da escola capitalista em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

DOURADO, Luiz; COSTA, Messias. Escolha de dirigentes escolares no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília: ANPAE; Fundação Ford; INEP, 1998. (Série Estudos e Pesquisas, Caderno 4).

———. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da educação: impasses, alternativas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

GENTILLI, P.; SILVA, T. T. (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

———. Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras-de-ordem e novos velhos problemas. RBPAE, v. 13, n. 1, jan./jun. 1997.

———. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR, Márcia A. (org.). Retrato da escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004.

LÜCK, Heloísa. Estratégia para a ação global e coletiva do ensino. Revista Gestão em Rede, Renageste/Consed, Paraná: PUC-PR, n. 3, nov. 1997.

OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. Política e trabalho na escola: administração de sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAIVA, Vanilda (org.). Transformação produtiva e equidade: a questão do ensino básico. São Paulo: Papyrus, 1994.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

VEIGA, Ilma P. A.; Resende, Lúcia M. G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).